Etapas formativas	Programa (a)
	2.1.1 — No campo profissional; 2.1.2 — No campo pedagógico; 2.1.3 — No campo económico; 2.1.4 — No campo organizacional; 2.2 — Análise da profissão com vista à definição dos conteúdos programáticos e meios de desenvolvimento da formação; 2.2.1 — Inquéritos; 2.2.2 — Monografia profissional; 2.2.3 — Tipificação de tarefas profissionais e conhecimentos correlativos; 2.3 — Elaboração de projectos de programas de formação; 2.3.1 — Definição de conteúdos práticos e teóricos; 2.3.2 — Tratamento pedagógico dos conteúdos de acordo com os objectivos da formação; 2.3.3 — Definição dos meios materiais; 2.3.3.1 — Instalações; 2.3.3.2 — Equipamento; 2.3.3.3 — Matérias-primas; 2.4 — Definição do perfil profissional do agente de ensino; 2.4.1 — Recrutamento e selecção; 2.4.2 — Provas de admissão; 2.4.3 — Formação pedagógica; 2.4.4 — Acompanhamento; 2.5 — O controle técnico-pedagógico das acções de formação; 2.6 — Organização e gestão dos locais de formação; 2.7 — Os problemas de emprego e de formação profissional ao nível regional; 2.8 — Estrutura e funcionamento da formação profissional nas empresas; 2.9 — O papel do psicólogo e do técnico de serviço social na formação profissional.
	V
	Formação geral:
	2.10 — Elementos de psicologia pedagógica; 2.11 — Elementos de política de emprego; 2.12 — Organização do trabalho em Portugal; 3.1 — Discussão crítica dos comportamentos pedagógicos; 3.2 — A auto-avaliação; 3.3 — A gestão do auto-aperfeiçoamento.
5 — Período de avaliação global	

(a) O programa definido não obedece a nenhum critério de ordem cronológica.

O tratamento das matérias, no todo ou por partes, ao longo das várias etapas formativas será função dos momentos mais aconselháveis à própria dinâmica da formação.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E PESCAS

SECRETARIA DE ESTADO DO COMÉRCIO

Portaria n.º 163/82
de 5 de Fevereiro

A batata nova ou primor, dados os condicionaismos da sua cultura, não deve ficar sujeita na sua venda

ao regime de preços máximos a que se refere a Portaria n.º 918/81, de 14 de Outubro, como, aliás, tem sido hábito em anos anteriores.

Com o presente diploma sujeita-se a batata nova ou primor ao regime de margens de comercialização fixadas considerado mais adequado.

Nestes termos:

Ao abrigo do disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 45 835, de 27 de Julho de 1964, e no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 75-Q/77, de 28 de Fevereiro:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado do Comércio, o seguinte:

1.º A batata de consumo nova ou primor fica sujeita ao regime de margens de comercialização fixadas a que se refere a alínea e) do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 329-A/74, de 10 de Julho.

2.º As margens máximas de comercialização da batata de consumo nova ou primor são as seguintes, por quilograma:

Margem máxima total — 3\$60.

Margem mínima do retalhista:

Batata adquirida a granel — 1\$.

Batata adquirida já pré-emballada — \$70.

3.º Esta portaria aplica-se apenas ao continente.

4.º O presente diploma entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Secretaria de Estado do Comércio, 26 de Janeiro de 1982. — O Secretário de Estado do Comércio, *António Escaja Gonçalves*.

MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES INTERIORES

Direcção-Geral de Viação

Portaria n.º 164/82
de 5 de Fevereiro

Considerando a recente alteração do artigo 36.º do Código da Estrada e a necessidade de assegurar as inspecções periódicas dos veículos afectos a transportes públicos de passageiros, bem como dos destinados à instrução remunerada, enquanto não for publicada a regulamentação global a que se refere o n.º 2 daquele artigo;

Considerando o disposto no n.º 2 do artigo 36.º do Código da Estrada:

Manda o Governo da República, pelo Secretário de Estado dos Transportes Interiores, o seguinte:

1.º Os veículos afectos a transportes públicos de passageiros, bem como os destinados à instrução remunerada, serão inspeccionados anualmente pela Direcção-Geral de Viação ou pelas entidades que esta vier a determinar.

2.º A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes, 22 de Janeiro de 1982. — O Secretário de Estado dos Transportes Interiores, *Abílio Gaspar Rodrigues*.